

Brasília, 18 de dezembro de 2019.

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.**

**Ao Procurador Geral de Justiça Adjunto Administrativo.**

**Referências:**

**Processo SIAD nº 46/2019.**  
**Unidade nº 1091040.**  
**Processo SEI nº 19.16.3720.0011371/2019-57.**  
**Modalidade: Concorrência.**  
**Tipo: Menor Preço.**  
**Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.**

Senhor Presidente,

**SPR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, à SOF NORTE, QUADRA 01, CONJUNTO D, nº 05, SALA 203 – ZONA INDUSTRIAL – BRASILIA – DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.053.583/0001-38, neste ato representada por sua diretora, **Sra. Patrícia de Oliveira Gontijo Aguiar**, brasileira, empresária, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG3.176.161 - SSP – DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 031.092.986-51, residente e domiciliada na cidade de Brasília – Distrito Federal, à SHIN – QL- 01, CONJUNTO 02, CASA 19 – LAGO NORTE, empresa licitante em processo de habilitação relativa à Concorrência Pública SRP nº 07/2019, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para, tempestivamente, interpor estas

**CONTRARRAZÕES**

ao inconsistente recurso apresentado pela empresa **CONSTRUTORA GUIA LTDA.**, perante essa distinta administração que de forma absolutamente brilhante declarou esta Recorrida como **HABILITADA** no certame em referência.

**DA TEMPESTIVIDADE:**

A Ata de Deliberação desta Douta Comissão acerca da habilitação dos Licitantes do certame em referência foi publicada em 06/12/2019.

Logo, o prazo final para a interposição de Recurso Administrativo foi a data de 13/12/2019. Logo, o correlato prazo para interposição das Contrarrazões se iniciou em 16/12/2019 e terá seu término em 20/12/2019.



Ou seja, claramente tempestiva as presentes contrarrazões.

## DOS FATOS E DOS DIREITOS:

A **CONTRARAZOANTE** é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o respectivo Edital, tendo sido, acertadamente, declarada vencedora do certame.

Entretanto, a **RECORRENTE**, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente tendencioso e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Pois bem, esta Contrarrazoante foi declarada habilitada para a devida participação no Certame em referência.

No entanto, segundo a Recorrente, alguns pontos da proposta desta Contrarrazoante supostamente não se adequaram às exigências do respectivo Edital e merecem revisão, tudo visando a inabilitação desta Licitante.

Sr. Presidente, de forma sucinta, os pontos trazidos a discussão pela Recorrente beiram o absurdo. Vejamos:

1.

A **SPR Engenharia e Construção Ltda.**, não atendeu o item 4.3 do Edital 4.3.1 do edital que assim exigem:

"4.3 – Declaração de compromisso da empresa licitante, conforme modelo constante do Anexo IX, indicando um profissional como responsável técnico pelo objeto desta licitação, assinado em conjunto pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico indicado, acompanhado da(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA, comprovando responsabilidade técnica por execução ou fiscalização de obra(s) e serviço(s) de características semelhantes ao objeto deste Edital, assegurando a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- a) Construção de edificação estruturada em concreto armado;
- b) Execução de fundação profunda.

**4.3.1 – O profissional apresentado na declaração deve estar indicado no Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (item 4.1)."**

Isto, pois, a declaração referente ao anexo IX do Edital, além da assinatura da Sra. Patrícia (engenheira civil), consta a assinatura do Sr. Daniel Gerassa Brant, que seria o engenheiro eletricista responsável técnico pela obra dentro da sua formação profissional:



Sr. Presidente, a alegação acima, trazida pela Recorrente, como suposto motivo de inabilitação desta Contrarrazoante neste Certame, beira o mais puro exercício de má-fé.

Ora Presidente, somente com o Atestado Técnico da Engenheira Patrícia de Oliveira Gontijo Aguiar o item 4.3 do Edital em referência resta INTEGRALMENTE atendido.

Por ocasião de um “plus”, um “bônus”, um acréscimo de informações e profissionais disponíveis à execução do objeto licitado, esta Contrarrazoante juntou os documentos de outro profissional em sua proposta.

Dizer que esta Contrarrazoante não atende à qualificação técnica exigida no respectivo Edital é buscar, de forma escusa e desleal, trazer inverdades e tumultos para este Certame.

2.

Noutro norte, a Recorrente registra que, apesar da empresa **SPR Engenharia e Construção Ltda.** se declarar EPP com base no anexo VI do Edital, verifica-se que a sua condição não está atualizada perante o CAGEP, consoante se observa da seguinte tela de consulta extraída do site eletrônico [http://compras.dados.gov.br/fornecedores/doc/fornecedor\\_pj/28053583000138](http://compras.dados.gov.br/fornecedores/doc/fornecedor_pj/28053583000138)

Presidente, buscou a Recorrente descaracterizar a Contrarrazoante como EPP. Em seus argumentos, “falou, falou e não disse nada”.

Os requisitos editalícios para que esta Contrarrazoante comprovasse seu status de EPP foram devidamente atendidos. A Recorrente sequer verificou o balanço juntado por esta Contrarrazoante neste processo licitatório. Presidente, o que busca a Recorrente com a alegação inverídica acima, tendo em vista o absurdo fático e a ausência de provas relacionados à mesma?

#### RESUMO:

1. A Recorrente traz argumentos, **SEM QUAISQUER** fundamentos ou provas, para, após, buscar simplesmente tumultuar este Certame.
2. A Recorrente parece não ter analisado a proposta desta Recorrida, pois, em consideração à qualificação técnica, a citada proposta traz além do necessário, ou seja, traz comprovação de aptidão técnica que supera a exigida no Edital.
3. A Recorrente, **por óbvio**, não analisou a proposta desta Recorrida no que tange à sua qualificação como EPP, tendo em vista que **TODAS** as



exigências para tal enquadramento foram 100% (cem por cento) atendidas por esta Contrarrazoante.

4. Perdão pelo termo Douto Pregoeiro, mas é sabido que "*o choro é livre*", no entanto, tumultuar o certame sem argumentos plausíveis ou provas é atitude passível de punição pela Administração.

#### DA SOLICITAÇÃO:

1. Em respeito ao zelo e empenho deste digníssimo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, entendemos, com toda vênua, que o julgamento da fase de habilitação desta Concorrência precisa ser mantido, com a inevitável manutenção desta **CONTRARRAZOANTE** como **HABILITADA** para o certame.
2. E, diante de todo o exposto, requer a V. Sa. o conhecimento das presentes Contrarrazões, para dar a ela total provimento, dando, assim, continuidade ao Certame.
3. Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise deles, seja dado total provimento às presentes Contrarrazões e, ato contínuo, seja promovida a regular continuidade do processo licitatório.

Nestes Termos Pede  
Bom Senso, Legalidade  
e Deferimento.

  
**Patrícia de Oliveira Gontijo Aguiar.**  
**SPR Engenharia e Construção Ltda.**